

## ANEXO G

### Comprovação de Regularidade Fiscal

#### 1. Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

Emitida pela Receita Federal, essa certidão negativa será liberada quando for verificada a regularidade fiscal quanto aos créditos tributários federais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Para isso, não pode possuir pendências relativas a débitos, a dados cadastrais e à apresentação de declarações. Vale lembrar que, desde setembro de 2014, essa certidão inclui também as pendências relativas às contribuições previdenciárias. Assim, o documento que era conhecido como certidão do INSS ou certidão previdenciária deixou de existir.

A certidão negativa é válida por 180 dias, a partir da data de emissão. Para emitir a certidão, basta acessar o [portal da Receita Federal](#) e informar o número do CNPJ.

#### 2. Certificado de regularidade do FGTS

Emitida pela Caixa Econômica Federal, essa certidão é condição para que se possa relacionar-se com os órgãos da Administração Pública, como indica a própria página de emissão.

Deve ter cumprido todas as obrigações legais junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, tanto no que diz respeito às contribuições quanto a empréstimos com recursos originários do FGTS.

Para emitir o Certificado de regularidade do FGTS, basta acessar o [portal da Caixa Econômica Federal](#) e informar o número do CNPJ.

#### 3. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

Emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas é baseada nas informações remetidas por todos os 24 Tribunais Regionais do Trabalho do país.

De acordo com o TST, esse banco registra “dívidas relativas a obrigações trabalhistas, acordos trabalhistas não cumpridos, acordos realizados perante as Comissões de Conciliação Prévia e não cumpridos, termos de ajuste de conduta firmados com o Ministério Público do Trabalho e não cumpridos, custas processuais, emolumentos, multas, honorários de perito e demais despesas oriundas dos processos trabalhistas e não adimplidas”.

A Certidão é nacional e tem validade de 180 dias. Para emitir, basta acessar o [portal do Tribunal Superior do Trabalho](#) e informar o CNPJ.

## ANEXO G

### Comprovação de Regularidade Fiscal

#### 4. Condição excepcional, somente para Consórcios Intermunicipais.

##### a. Certidão municipal/distrital

Cabe ressaltar que caso o beneficiário tratar-se de Consórcios Intermunicipais, eles deverão, de modo adicional as demais certidões acima elencadas, apresentar a **certidão municipal/distrital**, uma vez que se trata de associações de personalidade jurídica diversa da dos municípios.